

OITO ANOS DO PLANO REAL

Moradores da periferia das grandes metrópoles tiveram a maior perda de renda e ficaram fora dos grandes programas de combate à pobreza. No campo, benefícios aumentaram o ganho médio

Sem rede de proteção

A periferia das grandes cidades empobrecceu. Aqueles com emprego ganham menos do que em 1996 e os outros, sem-trabalho, ficam ao Deus dará. Eles sobrevivem graças a pequenos bicos ou a serviços prestados ao crime organizado. A chamada rede de proteção social, criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a partir de uma série de programas de assistência à população carente, praticamente não existe na cidade grande.

Números da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram claramente como os pobres do campo e os da zona urbana colheram frutos diferentes em oito anos de Real. A partir de 1996, quando terminou a fase de "lua-de-mel" do povo com o plano de estabilização econômica, a renda per capita do trabalhador nas regiões metropolitanas caiu 4,5% ao ano. No campo houve ganhos, mas em dinheiro vindo de outras fontes que não o emprego. É o caso da aposentadoria rural paga pela Previdência e de bolsas voltadas para o combate ao trabalho infantil (Peti), à fome (Bolsa-Alimentação) e à evasão escolar (Bolsa-Escola), entre outras. O pagamento desses benefícios resultou em aumento de 6,23% ao ano na renda per capita de municípios com menos de 50 mil habitantes.

A rede de proteção social nasceu da crise da nova moeda. Em 1999, com a desvalorização do real e a desconfiança dos investidores externos na economia, Fernando Henrique começou a pensar no Projeto Alvorada. O programa, lançado no final de 2000, significou um investimento direto de pelo menos R\$ 2 bilhões nos municípios mais pobres do país. Dinheiro saído do Fundo de Combate à Pobreza.

As regiões beneficiadas pelo Alvorada foram escolhidas por exibirem os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). A Organização das Nações Unidas (ONU) mede a pobreza com base em números de renda, educação e saúde. No Brasil, os municípios de mais baixo IDH costumam ter menos de 50 mil habitantes e estão concentrados no interior. Todos os estados possuem alguma cidade com IDH baixo, mas a maior parte dos municípios nessa situação se localiza nas regiões Nordeste e Norte.

As regiões metropolitanas apresentam um IDH mais alto, e os miseráveis da cidade acabaram prejudicados pela matemática dos índices. Sofrem com o desemprego e não recebem ajuda financeira e nem investimentos em infra-estrutura do governo federal na proporção necessária para aliviar a crise econômica.

"A medida que o desemprego volta a subir, a ausência de uma rede de proteção social na cidade se torna mais evidente", afirma Marcelo Neri, chefe do

Aracá Fehner 3 & 00



O COMPLEXO DO ALEMÃO, NO RIO DE JANEIRO, É UM DOS MAIORES ENTREPOSTOS DE DROGAS DA AMÉRICA LATINA

FGV: "Houve uma timidez do atual governo no combate à pobreza urbana".

Segundo ele, um estudo feito entre 1996 e 1999 comprova

ria das grandes regiões metropolitanas. Os dados da FGV indicam, nesse período, um aumento de renda nos municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes. As ci-

dades de médio porte, com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, registraram queda intermediária nos ganhos. Os aglomerados urbanos de mais de 100 mil habitantes amarga-

ram as maiores perdas. "Esse quadro não se alterou depois de 1999, principalmente porque houve uma frustração da expectativa de retomada do crescimento a partir de 2000", observa Neri.

PERIFERIA ABANDONADA

Os especialistas em violência são unânimes em afirmar que não há relação direta entre aumento da pobreza e da criminalidade. A situação de abandono vivida pelos moradores dos morros e das favelas, entretanto, contribui fortemente para a escalada da violência. "A estabilidade econômica foi boa para todos, mas não conseguiu transformar a desigualdade nas relações sociais. As pessoas acreditavam que iam melhorar de vida e se decepcionaram muito", observa Pedro Strosenberg, do movimento Viva Rio. Ele trabalha prestando assessoria jurídica gratuita em comunidades de vários morros cariocas.

O acúmulo da tensão social somado à impunidade e à corrupção exacerbaram a agressividade nas pessoas. Segundo Strosenberg, o crescimento desordenado das metrópoles provocou o colapso de serviços públicos que sempre foram precários na periferia. "Ninguém pode falar hoje de segurança pública sem segurança social", concorda Luiz Antônio Souza, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

A situação dos jovens e a que melhor retrata a falta de segurança social na periferia brasileira. Eles têm dificuldade de encontrar emprego e suas únicas opções de lazer são oferecidas e controladas pelo tráfico. Os pais com baixa escolaridade e geralmente sem trabalho não conseguem proporcionar saúde e educação de qualidade aos filhos. Todos temem a polícia, mancomunada com os bandidos. A coleta de lixo não sobe o morro, nem o cateteiro, nem a creche. Em regiões como o Complexo do Alemão, um dos maiores entrepostos de droga da América Latina, nem organizações da sociedade civil como o Viva Rio entram.

O caminho que resta para muitos meninos e trabalhar no tráfico. O resultado do ingresso precoce no crime aparece em outras estatísticas. O Mapa da Violência da Unesco mostra que los entre os jovens de 15 a 24 anos que a taxa de homicídios mais aumentou nos últimos anos.

O governo federal falhou por não conseguir apresentar propostas de longo prazo que integrassem a repressão e a prevenção", diz Luiz Antônio Souza. Um país que conseguiu uma redução histórica de 20% em sua taxa de mortalidade infantil, assiste agora a escalada da mortalidade juvenil por causa da violência. Uma herança que deveria merecer a máxima atenção do próximo presidente, seja ele quem for. (MO)